

**A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS SURDAS:
ACESSIBILIDADE E O PROCESSO EDUCACIONAL BRASILEIRO****THE IMPORTANCE OF SOCIAL INCLUSION OF DEAF CHILDREN:
ACCESSIBILITY AND THE BRAZILIAN EDUCATIONAL PROCESS**Robson de Lemos Fernandes ¹**RESUMO**

O presente artigo tem como escopo pensar sobre os obstáculos e probabilidades relacionados à inclusão junto às agências educacionais e a acessibilidade do educando surdo, sobretudo, em relação aos fatores que envolvem transformações nos campos político, econômico e sociocultural, refletidos nas instituições de ensino e no enquadramento em que se insere. Este artigo foi desenvolvido através uma pesquisa bibliográfica, em que os autores selecionados abordam ideários imprescindíveis para a construção da presente pesquisa. A conclusão aponta que a Educação Inclusiva ao educando com surdez, e sua acessibilidade ao processo educacional regular tem sido bastante agredida. Mesmo diante da presença de decretos e leis que asseguram o direito inclusivo do educando surdo junto às agências educacionais, tem se concretizado certas limitações e barreiras a fim que se processe realmente a inclusão dessas crianças que precisam de um atendimento educacional de qualidade, que assegure seu direito de acessibilidade e permanência aos espaços educacionais e sobretudo a assistência de acordo suas singularidades e necessidades excluído quaisquer que sejam as formas discriminatórias.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Agências educacionais. Acessibilidade. Educando surdo.

ABSTRACT

The purpose of this article is to think about the obstacles and probabilities related to inclusion with educational agencies and accessibility of deaf students, especially in relation to factors that involve transformations in the political, economic and sociocultural fields, reflected in educational institutions and in the framework in which it is inserted. This article was developed through a bibliographical research, in which the selected authors address essential ideas for the construction of this research. The conclusion points out that Inclusive Education for students with deafness, and their accessibility to the regular educational process, has been quite attacked. Even in the face of decrees and laws that ensure the inclusive right of deaf students with educational agencies, certain limitations and barriers have been implemented in order to really process the inclusion of these children who need quality educational assistance, which ensures their direct accessibility and permanence to educational spaces and, above all, assistance according to their singularities and needs, excluding any discriminatory forms.

KEYWORDS: Inclusive education. Education agencies. Accessibility. Educating deaf.

¹ Graduação em Licenciatura em Pedagogia (UNIRIO); Especialização em Gestão Escolar e Orientação e Supervisão (Faculdade de Educação São Luís); Especialização em Psicopedagogia com Ênfase em Educação Especial (Faculdade de Educação São Luís); Mestrando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **ORIENTADOR:** Prof. Pós-Doutor Cristiano de Assis Silva. **E- MAIL:** robsonleemosfernandes@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7718309099190809

INTRODUÇÃO

Questões sobre a Pessoa com Deficiência (PcD) junto à Educação no Brasil vem sendo traçadas e debatidas a muito tempo no país através de agentes que constituem o campo educacional. Nesta conjuntura, pode-se perceber que embora existam progressos e vicissitudes presenciadas através das agências educacionais ao longo do tempo, o problema da inclusão de educandos (PcD) junto às agências educacionais regulares, continua se apresentado como um importante obstáculo a ser transposto. O presente artigo tem como objetivo pensar sobre os obstáculos e perspectivas que associem a inclusão social de crianças surdas junto ao processo de acessibilidade na Educação, sobretudo, relacionado ao âmbito das vicissitudes de cunhos, político, econômico e sociocultural, que se espelham na agência escolar e no enquadramento que se insere. Frente a entraves ainda presentes na inclusão do público infantil na Educação brasileira, pode-se levantar a seguinte indagação: Que obstáculos e perspectivas estão relacionados à inclusão de crianças surdas junto às instituições educacionais regulares, diante das alternâncias política, econômica e sociocultural, na presente conjuntura da Educação do Brasil?

REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre os autores selecionados para teorização do presente artigo, está Alves (2019) que busca analisar o processo da aplicação da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais na inclusão de crianças de uma escola pública com 11 e 12 anos de idade. Camargo (2017), que procura definir algumas distinções, antagonismos relacionados ao processo inclusivo no âmbito sociabilidade, da Educação Inclusiva em sua totalidade e Educação de PcD. Outro autor é De Mendonça (2018), que busca expor uma análise da conceituação historicista da LIBRAS junto à lei que a garante, a significância da sua presença obrigatória no currículo

educacional. De Souza e De Santos (2018), que investigam o desenvolvimento dos processos políticos públicos da Educação de PcD no Brasil. E Oliveira *et al* (2022), que buscam examinar a utilização da aplicação de jogos como ferramentas didática-pedagógica da atividade educacional junto à Educação Inclusiva.

Pereira e De Melo (2015), que investigaram alguns métodos e abordagens usadas na Educação Ambiental nas escolas públicas em crianças surdas. Rocha e Nascimento (2019), que apontaram algumas fragilidades quanto a recursos em escola pública, como também de metodologias para a prática educacional tendo em seu dia a dia a presença de crianças surdas no ambiente educacional. Também, Neto (2018) que procura entender o desenvolvimento ao longo do tempo da Educação Especial, hoje Educação de PcD e Educação Inclusiva, a fim de compreender a inclusão de crianças nas escolas. E Silva e Morais (2019), que apresentaram algumas barreiras presentes para a instrumentalidade de uma Educação Inclusiva em escolas da Rede de ensino brasileira.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE PcD NA ESFERA EDUCACIONAL

A Educação Inclusiva deve mostrar percursos a fim de inserir a PcD junto à esfera educacional, tal fato tem se mostrado bastante trabalhado e presenciado por meio de educadores, que frente ao espaço educacional procuram possibilitar um ambiente de maior acolhimento e assistência mais qualificada a esses educandos (KASSAR, 2011). Entende-se que a Educação Inclusiva no Brasil, por conseguinte, não envolve apenas infantes com algum tipo de deficiência, em que a maior parte no Brasil continuam distantes das agências educacionais devido suas fragilidades em aceitá-las, mas também se refere as demais crianças frente a diversos obstáculos, por exemplo: de acessos ao processos educacional e curricular, que culminam no insucesso escolar e a falta de inclusão social. Pode-se dizer que

esses sejam os obstáculos mais nevrálgicos da Educação Inclusiva no país, e, portanto, precisam ser o escopo principal da atenção de todos os envolvidos com o processo educacional para que possam ser confrontados e superados (SILVA; MORAES, 2019).

Diante disso, a Educação Inclusiva teve seu surgimento voltado para a transformação do processo social no âmbito educacional, com o intuito que todos venham ter trânsito de maneira equitativa a possibilidades, sobretudo as PcDs que quase sempre se percebem exclusas dos desdobramentos sociais que estejam enquadradas (NETO *et al.*, 2018). Importante ressaltar que o ato Incluir não é apenas pôr o educando próximo a outros estudantes denominados de “normais”; muito mais que isso, é reorganizar o processo educacional a fim que os infantes com deficiências consigam ser assistidos em suas específicas necessidades e singularidades. Posto isto, a Educação Inclusiva precisa se respaldar no princípio que é de suma importância se adotar permanentemente uma visão apurada e altruísta junto à pessoa surda de maneira idiossincrática, contemplando atitudes, capacidades e complexidades (STREIECHEN *et al.*, 2017). Dessa forma, a esfera escolar necessita se comportar como área voltada as possibilidades e igualdades, de maneira a viabilizar o processamento por completo do indivíduo a partir de sua infância, desfazendo todo o mito ou tipo de exclusão e formas preconceituosas nos ambientes educacionais.

Com o intuito que seja desenvolvido a inclusão e a acessibilidade da criança surda nas agências educacionais regulares brasileiras, é essencial que o processo educacional se instrumentalize por meio de métodos adaptados, ressaltando que no referido caminho precisa ocorrer o aprendizado bilingue, a fim que os obstáculos atrelados a acessibilidade venham ser reduzidos ou mesmo erradicados (KASSAR, 2011). Neste contexto, na contemporaneidade compreende-se que uma das maiores barreiras frente à Educação, está em disponibilizar um aprendizado que assista os educandos

com surdez, juntos, em um mesmo ambiente educacional e deliberar para esse público a interação e comunicabilidade, isto é, a Libras para as crianças surdas, além da linguagem em português direcionada aos ouvintes (DE MENDONÇA *et al.*, 2018).

Pressupõe-se que os espaços educacionais desprovidos do empirismo sensorial ou de seu estímulo, tem como culminar em significativos estragos na esfera do processo individualizado das maestrias e capacidades de crianças com surdez, sobretudo junto às que experienciaram convivência tardia com o ensino de Libras (ALVES, 2019). Diante disso, torna-se imprescindível refletir sobre um espaço de inclusão junto à criança surda que envolve o ideário de uma área em que ela consiga ser apta a se relacionar com os demais indivíduos, em instantes que compreenda viável a fim de viabilizar sua instrumentalidade; um espaço onde os métodos/técnicas aplicados sejam pensados para o educando surdo considerando sua maneira de compreensão de mundo por meio de sua linguagem usual, além de um espaço em que não experiencie a discriminação de ser largado longe dos demais, devido não verbalizar a mesma linguagem da maioria (NETO *et al.*, 2018).

Torna-se importante que os educadores venham estar capacitados a fim de assistir proficuamente a criança surda, o que envolve o constante desenvolvimento de técnicas que facilitem a operacionalidade cognitiva do referido grupo estudantil. Importante ressaltar que o atendimento educacional dessas crianças iniciará na Educação Infantil, nos segmentos das creches (0-3 anos de idade) e pré-escola (4-5 anos de idade), garantindo-lhes as assistências educacionais especiais quando evidenciadas, através de aferição e interatividade junto aos familiares e a sociedade, comprovando o carecimento de assistência educacional qualificado as mesmas (DE MENDONÇA *et al.*, 2018).

A Declaração de Salamanca ocorrida no ano de 1994 na Espanha trouxe possibilidades direcionadas à

Educação, por exemplo, que a mesma deva ser um direito de todos os seres humanos. Nesta conjuntura, foi levado em consideração as carências presentes em casa educando, em que todos precisam aprender lado a lado (STREIECHEN *et al.*, 2017). Uma agência escolar inclusiva deve perceber e também replicar às variadas emergências de seus educandos, assentando diversos modelos e dinâmicas de aprendizagem, e ainda garantindo um processo educacional qualitativo a todo seu público estudantil por meio de uma grade curricular adequada, de esquemas sistematizados, de técnicas de aprendizagem, da utilização de ferramentas e do intercâmbio com a sociedade (NETO *et al.*, 2018).

Os De acordo com registros contidos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil - PNEEPEI, a assistência a PcD começou na era imperial, em que foram instituídas o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje denominado de Instituto Benjamim Constant – IBC e o Instituto dos Surdos Mudos, atualmente chamado de Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES (ROCHA; NASCIMENTO, 2019). Chegando no séc. XX, ocorreu a criação do Instituto Pestalozzi, casa altamente capacitada na assistência de indivíduos com problemas mentais, também a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e ainda a Sociedade Pestalozzi. Ainda no séc. XX pode se ter uma assistência educacional às PcDs com fundamentos dispostos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1961, que indicava que o direito especial à Educação, se encontrava de forma preferencial inserido em todo o processo de ensino no Brasil (DE SOUZA; DE SANTOS, 2018).

A Declaração de Salamanca e a Lei n. 10.436 sobre a LIBRAS, no ano de 2005 foi relevantemente reforçada no que se relaciona o aprendizado da pessoa com surdez, observando sua singular comunicação, a título de exemplificação o Decreto n. 5.626/05 que normatiza a “Lei de Libras” de 2007 junto ao Ministério da Educação - MEC/Secretaria de Educação Especial do

Ministério da Educação – SEESP. Ou seja, o documento nº 5.626/05, que normatiza o regramento nº 10 .436/2002, com o intuito ao trânsito à escola das crianças surdas, tenciona quanto o inserimento de Libras sendo uma matéria presente no currículo de maneira indispensável junto aos cursos formadores do professorado, de audiologia, de Educação Especial, além da capacitação e certificado de educador, instrutor e do intérprete da linguagem do surdo, também do aprendizado do português sendo ela a segunda linguagem voltada para os educandos com surdez e a sistematização educacional bilíngue no aprendizado regular (ROCHA; NASCIMENTO, 2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O referido artigo é composto através de uma revisão bibliográfica integrativa sobre a inclusão da criança surda e sua acessibilidade junto ao processo educacional no Brasil. Para tanto foram realizados estudos através de banco de dados do SciELO - Electronic Library Online e Google Acadêmico, bem como em livros e artigos científicos. Assim busca-se contribuir na ampliação da discussão envolvendo o tema em evidência, de maneira que se possa viabilizar uma mais profícua fundamentação teórica, a fim dos pressupostos associados à inclusiva na Educação e a acessibilidade do educando surdo junto às agências educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil tem sido bastante discutido a questão da Educação Inclusiva e o ensino de Libras junto às escolas, mas tais debates não conseguem trazer grandes resultados aos espaços educacionais do país de maneira profícua. Neste contexto, é díspar as concomitâncias que envolvem tais disparidades, precisando, portanto, ser um assunto de contemplação e exame quando se pondera uma Educação que possa alcançar todas as

peças. O objetivo aqui é de se se refletir em um verdadeiro aprendizado por meio da escola regular viável e flexível para os educandos surdos, observando as singularidades empíricas nos âmbitos visual e espacial. Ou seja, uma Educação igualitária, onde as diferenças possam ser pormenorizadamente reconhecidas e assistidas apropriadamente (DE SOUZA; DE SANTOS, 2018). Quanto o uso de Libras, sua aplicação na fase infantil, favorece que a criança surda consiga processar diversas habilidades bastante importantes, por exemplo, da atenção, de movimentos de precisão com controle e destreza, de memorização, de linguagens distintas, da melhor proximidade como seus educadores, interesse, determinação, senso autônomo, o que no geral são profícuas ao desenvolvimento do educando surdo (ALVES, 2019).

Através do o Decreto 10.502 pode ser percebido algumas propostas que, por exemplo, envolvem a oferta de uma assistência educacional especializada e qualitativa, junto às turmas e agências escolares regulares voltadas à inclusão, são previstas turmas e instituições educacionais especializadas ou bilíngues direcionadas ao público com surdez, ou seja, a todos que precisem desse modelo de assistência, a fim que lhes possam ser garantida a inclusão na sociedade, o desenvolvimento da cultura, formação acadêmica e profissional, de maneira equânime e com a boa probabilidade de aprendizagem no transcorrer da vida (NETO *et al.*, 2018).

Em relação ao público infantil com surdez, é preciso estar presente em espaços educacionais regulares, e havendo necessidades, procurar o Atendimento Educacional Especializado - AEE. Tudo isso, envolve a provisão de serviços voltados ao atendimento das diversidades dos educandos, de forma que possam transpor os obstáculos impostos por meio de alguma deficiência. Quanto ao presente ideário, sua defesa de aprendizado é contrária a aplicada pela Educação Especial, que pretendia beneficiar o estigma e o ato discriminatório (ROCHA; NASCIMENTO, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Fois observado que a Educação Inclusiva no Brasil e acessibilidade dos educandos surdo nas agências escolar regulares do país, permanece com vários comedimentos e barreiras para que realmente se desenvolva o processo de inclusão dessas crianças que precisam de um atendimento educacional, que possa lhes garantir a plenitude do direito de frequência ao espaço escolar regular e sobretudo de poder serem assistidas de acordo com suas singularidades e carecimentos.

Para tal, ao proporcionar uma esfera inclusiva para PcDs, a instituição regular de ensino junto aos participantes no processo ensino aprendizagem precisam converter esses ambientes em áreas mais adequadas à um processo educacional com respeitabilidade, percebendo cada indivíduo dentro de suas singularidades, sendo ímpares e providos de habilidades para se instrumentalizarem por seus próprios ritmos. Pode-se perceber, que a inclusão na Educação para ser desempenhada deve ser demandada uma labuta coletivizada, isto é, deverá haver a atuação de todos os envolvidos no processo educacional a fim que possam planejar as trajetórias que deverão ser desenvolvidas.

O artigo apontou a importância e a necessidade de haver modificações junto às agências escolares, não apenas na concretude de seus ambientes, mas igualmente nas ações de seu professorado e demais agentes envolvidos, de maneira que venham estar habilitados a fim de assegurar o acesso a todos os educandos com surdez. Que também seja considerado a continuidade do processo ensino aprendizagem e que considerem sempre e atenciosamente as singularidades presentes em cada educando, não o segregando ou o excluindo do ambiente educacional, uma vez que a inclusão não deve ser desconsiderada, mas ser percebida sendo o propósito e o resultado de uma Educação qualitativa que possui o escopo de assistir a

todos não obstante de suas idiossincrasias. Porém, o que se pode perceber são agências educacionais que mesmo estando incorporadas em um enquadramento socializante que possui um desempenho próprio de transformações bastante velozes, mantêm-se arraigadas a ações pedagógicas obsoletas que não replicam às demandas que despontam. Doravante à pesquisa bibliográfica concretizada, pôde-se pressupor que uma possibilidade descomplicada poderá ser o investimento na capacitação do professorado e demais agentes envolvidos no processo ensino aprendizagem, atentando-se sempre aos escopos ao serem depreendidos.

Em vista disso, o que o artigo revelou é a urgente premência de se aperfeiçoar, com o intuito de tornar possível o sobrepujamento junto ao transpor de ultrapassadas metodologias, e aplicar técnicas apropriadas fundamentadas na realidade do cotidiano para se consentir livremente que a inclusão educacional e social venha realmente acontecer de acordo com as especificidades previstas pelas políticas públicas do país. A atualidade carece de profissionais que sejam críticos e reflexivos, capacitados para labutarem junto ao processo de inclusão de maneira mais plena, que operem com liberdade suas atividades frente aos indivíduos com surdez. Importa que os sistemas educacionais sistematizem a Educação Inclusiva no ponto de vista educacional mais altruísta, empático e profissional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Sirlara Donato Assunção Wandenkolk. Elsa surda em uma aventura da linguagem: a trajetória linguística de uma criança surda em processo de aquisição tardia da Libras. 2019.
- CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 23, p. 1-6, 2017.
- DE MENDONÇA, Lorena Medeiros et al. A importância da LIBRAS como componente curricular na educação básica. *Educação: Saberes e Prática*, v. 7, n. 1, 2018.
- DE SOUZA; FIUZA Fialho; DOS SANTOS. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. *Revista Atualidades Investigativas em Educación*, v. 18, n. 2, p. 598-618, 2018.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. *Revista Bras. de Ed. Esp.*, v. 17, p. 41-58, 2011.
- NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. *Revista Educação Especial*, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.
- OLIVEIRA, Andréa da Silva *et al.* Jogos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. 2022.
- PEREIRA, Carlos Alexandre Rodrigues; DE MELO, Juliana Valéria. Discussão sobre técnicas e materiais utilizados na Educação Ambiental e sua aplicabilidade no trabalho junto aos surdos. *Revista Brasileira de Ed Ambiental (RevBEA)*, v. 10, n. 3, p. 85-96, 2015.
- ROCHA, Daniele Silva; NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. Professor ou instrutor? Reflexão sobre a profissão do educador surdo. *Revista Sinalizar*, v. 4, 2019.
- SILVA, André Ribeiro da; MORAES, Jackeline Fátima de. A educação inclusiva e seus obstáculos na instituição escolar. 2019.
- STREIECHEN, Eliziane Manosso *et al.* < b> Pedagogia surda e bilinguismo: pontos e contrapontos na perspectiva de uma educação inclusiva. *Revista Acta Scientiarum Education*, v. 39, n. 1, p. 91-101, 2017.